

**X LEGISLATURA
ACTA Nº 93/X/4ª SL**

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de 2008, pelas 10h30, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Vice-Presidente da Comissão, Sr. Deputado Duarte Lima, iniciou os trabalhos, havendo como ponto único da Ordem do Dia a **Audição do Ministro da Economia e da Inovação**, na sequência de um Requerimento Potestativo apresentado pelo GP do PCP.

O Sr. Vice-Presidente deu as boas vindas ao Sr. Ministro, enquadrando a audição nos termos do nº 3 do artigo 104º do Regimento da Assembleia da República e deu conta do modo de condução dos trabalhos. De seguida, deu a palavra ao GP do PCP, para apresentação do Requerimento.

O Sr. Deputado José Soeiro começou por dar conta da necessidade de recorrer ao requerimento potestativo para agendar a audição com o Sr. Ministro sobre as pirites alentejanas (dada a obstaculização do GP do PS aos requerimentos apresentados) e a ausência de informação transmitida pelo Governo, violando o princípio da transparência de informação. De seguida, apresentou o Requerimento e questionou o Sr. Ministro sobre as matérias nele constantes, nomeadamente sobre a data em que o Governo teve conhecimento da questão, como foi possível chegar à paralisação da laboração, o porquê das decisões tomadas, os compromissos assumidos pelo Governo e o papel das diferentes empresas.

O Sr. Deputado Afonso Candal efectuou uma interpelação à Mesa para dar conta que o PS não esteve contra o agendamento da audição, tendo sugerido que o debate se inserisse numa vinda anterior à CAEIDR do Sr. Ministro, o que o PCP não concordou. Quanto à inexistência de informação, considerou não ser verdade e deu conta de diversa informação constante da resposta do Sr. Ministro ao Requerimento do PCP.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes efectuou, igualmente, uma interpelação à Mesa, recordando ter o PCP proposto a realização de uma reunião extraordinária com o Sr. Ministro logo após o debate do Orçamento do Estado (OE), o que o GP do PS inviabilizou, considerando que tal se poderia enquadrar no âmbito do debate do OE, facto que o PCP discordava, mas relativamente ao qual propôs inserir um ponto específico na Ordem do Dia da reunião do debate do OE, o que não foi viabilizado. Registou, ainda, que não foi disponibilizada aos GP a intervenção escrita feita pelo Secretário de Estado Adjunto, da Indústria e da Inovação.

O Sr. Vice-Presidente considerou a questão como encerrada e passou a palavra ao Sr. Ministro, que efectuou uma apresentação sobre a situação das pirites alentejanas, dando conta do desenrolar do processo.

O Sr. Vice-Presidente agradeceu a intervenção do Sr. Ministro e passou a palavra aos GP.

O Sr. Deputado Pita Ameixa sublinhou a importância do projecto de Aljustrel para a região e para o país, em termos de emprego e de exportações, bem como de cultura junto da população local. Registou a acção proactiva do Governo e a boa solução encontrada. O Sr. Deputado Jorge Seguro agradeceu as informações prestadas pelo Sr. Ministro e a informação disponibilizada na internet sobre o processo. Questionou o Sr. Ministro, relativamente à situação em debate, sobre o apoio à actividade económica e às exportações, à modernização tecnológica e melhoria do consumo energético. O Sr. Vice-Presidente agradeceu as questões e passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

A Sra. Deputada Rosário Águas realçou a particularidade do sector mineiro, considerando que tal facto deveria ter sido em conta aquando do anúncio de investimento efectuado meses antes pelo Governo, dando conta da falta de prudência do Governo nesta matéria. Registou, ainda, o modo de condução pouco transparente do dossier, solicitando, nomeadamente, a composição do capital da Martifer. Dada a prioridade conferida ao emprego, considerou que tal não foi conferido a outras empresas que faliram, questionando o Sr. Ministro sobre qual o critério para decisão de intervenção do Governo junto de empresas em dificuldade. Colocou, igualmente, questões sobre o que é que está contratualizado com a nova empresa que garanta a rentabilidade da actividade que não garantia à Lundin, independentemente da evolução das cotações internacionais. Recordou que, quanto às dificuldades financeiras apontadas à Lundin, as informações constantes da página internet da empresa referem apenas as cotações e que voltará à laboração quando estas aumentarem. Solicitou, enfim, informação sobre o número de postos de trabalho envolvidos na solução encontrada pelo governo e as garantias que lhe são conferidas. O Sr. Vice-Presidente agradeceu as questões e passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

O Sr. Deputado Helder Amaral colocou uma nota prévia sobre uma decisão apresentada na véspera pela Autoridade da Concorrência, questionando o Sr. Ministro sobre uma explicação para o aumento do preço do pão e o adiamento de explicações sobre o mercado dos combustíveis. Quanto à questão das pirites alentejanas, considerou ter sido positivo salvar o emprego, questionando sobre se a Lundin cumprira ou não o acordo feito com o Governo português, o critério de decisão do Governo para intervenção junto de empresas em dificuldades e se o acordo será cumprido ou se se trata de uma medida paliativa. O Sr. Vice-Presidente agradeceu as questões e passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

A Sra. Deputada Alda Macedo recordou que o Governo deve defender o emprego e o desenvolvimento económico do país e que as empresas devem defender o seu valor acrescentado. Sendo a perda de emprego o maior factor de indução de pobreza, considerou que as “rescisões amigáveis” consubstanciaram-se, na prática na perda de emprego, para além de desresponsabilizar as empresas no aproveitamento de benesses concedidas pelo Governo sem que este assegure o cumprimento. Questionou o Sr. Ministro sobre os requisitos exigidos em

matéria de emprego e de desenvolvimento económico para conceder os apoios disponíveis neste caso. Recordou que, no caso dos apoios à indústria automóvel, a par destes se assistiu a perdas líquidas de emprego. Considerou, ainda, que o investimento em formação profissional para reconversão de trabalhadores não tem surtido efeito, dados os níveis de desemprego e de pobreza existentes. O Sr. Vice-Presidente agradeceu as questões e passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

A Sra. Deputada Alda Macedo interpelou a Mesa para defesa da honra da bancada, considerando que a sua intervenção fora adulterada e esclarecendo que a questão se prendia com a necessidade de reconversão profissional dos trabalhadores de Aljustrel e de como esta será feita, decisão relativamente à qual o BE critica o Governo pelo modo avulso como tem gerido os programas de formação profissional, sem a devida articulação com a promoção da empregabilidade. O Sr. Vice-Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

O Sr. Deputado Madeira Lopes considerou que assegurar os postos de trabalho é o mínimo que o Governo pode fazer, questionando o Sr. Ministro sobre pormenores sobre o negócio presente e os negócios passados deste projecto, nomeadamente quanto a contrapartidas dadas à Lundin e MTO, considerando a utilidade dessas informações para a Assembleia da República e, em particular, para os trabalhadores de Aljustrel. Questionou, ainda, sobre o uso do fundo europeu de ajustamento à globalização para o sector automóvel, e se o Ministério pondera a sua mobilização para o caso de Aljustrel. Finalmente, questionou sobre as dificuldades da Somincor. O Sr. Vice-Presidente agradeceu as questões e passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

De seguida, o Sr. Vice-Presidente abriu uma segunda ronda de questões. Começou por usar da palavra o Sr. Deputado José Soeiro, dando conta do historial de pedido de audição e informações ao Sr. Ministro e a falta de transparência na gestão do processo. Considerou existir negligência e incompetência do Governo na gestão do processo da eurozinco, realçando a importância de o Executivo prestar contas, nomeadamente dada a importância dos postos de trabalho envolvidos.

O Sr. Deputado Pita Ameixa registou a acção do Governo na resolução do problema e a postura do PSD perante a economia e as empresas, realçando o facto de o sector estar fortemente inserido e exposto ao mercado internacional como elemento chave para a acção do Governo.

A Sra. Deputada Rosário Águas questionou o Sr. Ministro sobre a capacidade de exploração das pirites alentejanas, o investimento associado ao projecto e para que concretização, informações adicionais referentes às Minas de Gavião, a proposta à Lundin de junção das duas minas, o papel da Martifer em todo o processo e o porquê da ausência de concurso público, sendo um processo de cariz público. Esclareceu, ainda, que a preocupação do GP do PSD com os empresários é a de serem tratados com igualdade de oportunidades, o que considera não ter acontecido nos últimos 4 anos, considerando que o Governo só se preocupou com os grandes investimentos e só agora se lembra das PME's.

O Sr. Deputado Helder Amaral considerou que foi positiva a actuação do Estado em conceder contrapartidas para dinamizar o funcionamento da economia, questionando o Sr. Ministro sobre se o emprego está assegurado (bem como a formação profissional e outras medidas para quem perder o seu posto de trabalho), a pouca execução e o adiamento dos programas para as PME's, nomeadamente linhas de financiamento e crédito.

A Sra. Deputada Alda Macedo considerou que a postura relativamente ao emprego não deve ser apenas defensiva, mas também de promoção de novas oportunidades e emprego. Questionou o Sr. Ministro sobre os níveis de emprego nas minhas de Aljustrel em Maio de 2006 e no momento presente. O Sr. Vice-Presidente agradeceu as questões e passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

O Sr. Deputado Agostinho Lopes recordou o historial do pedido de audição e a ausência de informação solicitada pelo GP requerente e insistida pela Mesa da CAEIDR. Considerou que a indústria extractiva não se insere no normal funcionamento do mercado. Questionou o Sr. Ministro sobre se na altura da negociação inicial e da concessão de contrapartidas a empresa não estava ao corrente dos riscos da actividade, sobre a situação das minas Neves Corvo e, ainda, sobre a eventualidade de apoios às pequenas empresas do sector automóvel (oficinas, reboques). O Sr. Deputado Pita Ameixa registou as questões levantadas pelo GP do PCP sobre o mercado, contraditórias com o discurso local. O Sr. Vice-Presidente agradeceu as questões e passou a palavra ao Sr. Ministro para responder.

O Sr. Deputado José Soeiro solicitou ao Sr. Ministro o envio de informação antiga e actual sobre todo o processo.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Vice-Presidente deu por finda a reunião. A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta acta. A reunião foi encerrada às 13h10, dela se tendo lavrado a presente acta, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 17 de Dezembro de 2008.

O VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Duarte Lima

Nota: Acta aprovada na reunião de 3 de Fevereiro de 2009.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- Agostinho Lopes
- António Almeida Henriques
- Carlos Poço
- David Martins
- Duarte Lima
- Francisco Madeira Lopes
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Hugo Velosa
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Maria Idalina Trindade
- Miguel Ginestal
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Ventura Leite
- Alda Macedo
- Horácio Antunes
- Jorge Fão
- José Soeiro
- Luís Pita Ameixa

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- Luís Fazenda
- Mendes Bota
- Rui Vieira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Hortense Martins
- Mendes Bota